

Percepções de docentes atuantes em salas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal de educação de Parelhas acerca da inclusão

*Étel Rógere da Silva

*Enfermeiro, professor da

UERN.e-mail:

etel.rogere@yahoo.com.br

RESUMO

O processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas é um processo amplo envolvendo todo o planeta, para tanto foi criado os códigos a saber: Declaração de Salamanca (ONU), a Constituição Federativa do Brasil, o ECA e a LDB (Brasil), com o intuito de nortear as ações referentes ao tema. No presente trabalho, foram entrevistados 19 professores da rede municipal de Parelhas/RN do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, acerca da inclusão e o que se percebeu foi que: a grande maioria dos alunos não tinham diagnóstico médico, que a maioria dos docentes não receberam capacitações para trabalharem em suas salas de com alunos portadores de necessidades especiais, não receberam apoio especializado, muito menos materiais específicos para desenvolverem o trabalho, provocando uma insegurança relatados pela maioria deles, insegurança essa que dificulta o processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chaves: inclusão, necessidades especiais, alunos, docentes, ensino.

Perceptions of teachers working in classrooms from 1st to 5th grade level of the
municipal education Parelhas about inclusion

*Étel Rógere da Silva

*Enfermeiro, professor da UERN.

ABSTRACT

The process of inclusion of students with special needs in schools is an extensive process involving the entire planet, for that was created codes namely Salamanca Declaration (UN), the Constitution of Brazil, the ECA and the LDB (Brazil), in order to guide the actions related to the subject. In this study, we interviewed 19 teachers of the municipal Parelhas/RN from first to fifth year of elementary school, about inclusion and what was realized was that: the vast majority of students had no medical diagnosis, the majority of teachers do not received training to work in their classrooms with students with special needs, did not receive specialist support, much less specific materials to develop the work, causing insecurity reported by most of them, insecurity, one that complicates the process of teaching learning.

Keywords: inclusion, special needs students, teachers, teaching.

INTRODUÇÃO

Segundo Santos (2002, p.29) nas sociedades Ocidentais antigas não se encontra relatos sobre como eram tratadas, as pessoas portadoras de deficiências, o que se sabe por alto é que havia uma verdadeira exclusão das vidas política, econômica e social por parte das sociedades para com essas pessoas, elas não participavam ativamente da vida social, é tanto que não existem muitos registros sobre o tema.

Dentre os poucos relatos existentes, é possível fazer um resgate histórico que revela as comunidades Antigas, especialmente, Gregas e Romanas, promovendo um verdadeiro genocídio para com as crianças que nasciam portando alguma deficiência, sendo tais atos incentivados pelo Estado junto aos pais.

Já na Idade Média, o nome de Deus era vinculado a acusações que excluía os deficientes, acusando os mesmos de serem pecadores, tendo como consequência do seu delito as referidas deficiências. Tal exclusão, no entanto, não ficou atrelada apenas ao passado, ela adentra ainda no século XX, no qual têm-se como exemplo o nazismo com seu grande genocídio não só para com os judeus, mas também, com os homossexuais e portadores de deficiência.

É notório que a inclusão do portador de necessidades especiais é recente, e porque não dizer que ainda não se concretizou em nossas comunidades, um exemplo disso são os obstáculos físicos encontrado pelos cadeirantes ou deficientes visuais, por exemplo. Tais fatos acontecem em prédios públicos, em escolas e instituições religiosas, locais que deveriam oferecer o acesso a todos, como nos garante as legislações vigentes. Diante disso, percebe-se que ainda há muito por realizar quando o tema é a inclusão.

A questão da inclusão não surgiu do nada, ela começou a ser discutida a partir do surgimento dos Códigos Legais, tanto internacionais como nacionais, a saber: Declaração de Salamanca que segundo Bezerra (2009, p. 03) foi produzida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no ano de 1994, ditando os direitos das crianças com necessidades especiais no tocante à educação. Como segue um trecho da referida declaração:

“Os programas de estudo devem ser adaptados

às necessidades das crianças e não o contrário, sendo que as que apresentam necessidades educativas especiais devem receber apoio educacional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudo diferente.”

(Declaração de Salamanca)

Além desse código internacional, a nível de Brasil, têm-se a Constituição Federal de 1988, que em seu Capítulo III, artigo 208, inciso II reza: “O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, precisamente na rede regular.”

Não podemos deixar de nos reportarmos também ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), um regulamento que visa a proteção dessas faixas etárias, promovendo a garantia dos direitos dos mesmos, em seu artigo 15 diz: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento.” No artigo 53: “A criança e o adolescente têm direitos à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa (...) assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Nº 9394/96 define e regulariza o sistema de educação do Brasil, tendo por base os princípios presentes na Constituição Federal, e em seu capítulo V, artigo 58, nos diz: “Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.”

Percebe-se com isso, que as leis do Brasil estão muito bem organizadas, no que diz respeito à legislação em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais. No entanto, segundo Bezerra (2009, p. 05) a criação de leis por si só não é suficiente para garantir os direitos educacionais, para tanto é preciso que haja um verdadeiro processo de formação e adequação do ensino no país – à lei encarnando-se, tornando-se realidade no meio do povo. Tal fato passa tanto pela estruturação física das escolas, pela aquisição de materiais didáticos para o trabalho docente e fundamentalmente pela formação docente. Profissional este que irá

receber a criança portadora de necessidades especiais em sua sala de aula dita “normal”, nas séries regulares.

Para Santos (2002, p. 35) no que se refere à formação docente para atuar na educação inclusiva o Programa Nacional de Educação (PNE), deixa um grande silêncio, percebendo-se com isso que na prática os docentes não se encontram regularmente preparados para os desafios que a inclusão os apresenta. Na visão de Santos (2002, p. 39), os cursos de Pedagogia que formam professores para os anos iniciais se limitam a ofertar uma disciplina, geralmente chamada de “Educação Especial”, que é ofertada em apenas um semestre letivo. Aí pergunta-se: não será pouco tempo de estudo, para alcançar tamanha complexidade que o tema expõe? Onde cada Código Internacional de Doenças (CID), determina uma gama de possibilidades de trabalhos a serem desenvolvidos.

Diante de tal problemática esboçada acima, resolveu-se investigar como se encontra a inclusão na óptica dos docentes do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental que acompanham alunos com necessidades especiais nas escolas municipais de Parelhas/RN.

METODOLOGIA

Pesquisa exploratório-descritiva, com abordagem quantitativa, desenvolvida nas Escolas Públicas Municipais de uma cidade do estado do Rio Grande do Norte. A referida cidade, localizada na região do Seridó, e conta com uma rede de ensino composta por quatro escolas municipais instaladas na zona urbana.

A população determinada para o estudo correspondeu aos quatro diretores que atuavam nas escolas e 19 professores do 1º ao 5º anos do ensino fundamental.

Os sujeitos foram incluídos na pesquisa de acordo com os seguintes critérios: ser gestor escolar e docente do 1º ao 5º anos do ensino fundamental e atuar nas escolas municipais da cidade. Portanto, ficaram caracterizados como critérios de exclusão toda e qualquer situação que não atendesse aos princípios estabelecidos para inclusão, além da recusa do sujeito em participar do estudo.

A coleta de dados ocorreu no período de maio a junho de 2013, mediante utilização de entrevista estruturada. As escolas foram visitadas, de modo aleatório, por conveniência do pesquisador, para o estabelecimento de contato com os sujeitos da pesquisa, convidando-os a participarem do estudo.

As variáveis de caracterização dos sujeitos relevantes para a pesquisa foram: idade; gênero; curso de graduação; tempo de atuação na área; se estudou conteúdos sobre educação especial durante o curso de graduação; se possui algum tipo de formação específica em educação especial; se participou de algum curso ou treinamento sobre educação especial; e se teve oportunidade de atuar no ensino a estudantes com necessidades especiais.

O roteiro de entrevista foi composto pelos seguintes questionamentos: Você recebeu algum treinamento específico para trabalhar a inclusão? Você se sente seguro (a) para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais? Você recebe apoio de: coordenadores pedagógicos, psicopedagogo ou outros profissionais para a execução da docência em salas de inclusão? Você tem a disposição material didático específico para trabalhar a inclusão? Se o docente recebeu capacitação para trabalhar as disciplinas ditas comuns (matemática, língua portuguesa, geografia e história) em sala de aula; Se o docente acha correto a inserção de alunos portadores de necessidades especiais em salas regulares; Os alunos portadores de necessidades especiais inseridos nas salas regulares têm desempenho no nível satisfatório?

Depois de coletadas, as informações foram digitadas em planilha eletrônica do Microsoft Excel 2010 XP, tabuladas e organizadas em tabelas, contendo a frequência absoluta e relativa dos dados. Expressas para melhor leitura em gráficos. Estes foram, posteriormente, confrontados com os achados da literatura sobre o tema.

O Relado da Investigação Realizada nas Escolas Municipais

Para melhor proceder a investigação do tema proposto junto às escolas foi elaborado roteiro em forma de questionário, dividido em duas partes: a primeira parte com questões direcionadas a gestão escolar – 04 diretores, como forma de

caracterizar as escolas no tocante ao tema inclusão. A segunda parte direcionada aos docentes que trabalham a inclusão em suas salas de aula, ou seja, que têm alunos portadores de necessidades especiais em suas salas.

Para aplicação dos mesmos foram realizadas visitas às escolas nos meses de maio e junho de 2013, sendo iniciadas sempre com uma conversa com os diretores para a explicação do trabalho, posteriormente após a autorização dos mesmos, foi realizada a coleta de informações, no primeiro momento junto à direção e no segundo junto aos professores. Trabalhou-se com um grupo formado por 19 docentes distribuídos em 04 escolas de 1º ao 5º anos do ensino fundamental da rede municipal de Parelhas/RN, perfazendo um total de quatro escolas.

Encontramos um grupo de 54 alunos portadores de necessidades especiais regularmente matriculados e frequentadores assíduos das escolas municipais do 1º ao 5º ano, no ano de 2013, distribuídos da seguinte forma: 14 na escola Vereador Inácio Miranda dos Santos, 03 na escola Arnaldo Bezerra, 12 na escola Dom José de Medeiros Delgado e 25 na escola Arnaldo Arsênio de Azevedo.

Diante dos questionários devidamente preenchidos realizou-se a análise das respostas dos gestores e dos docentes entrevistados, onde passa-se a discutir cada uma delas individualmente em formas de gráficos.

A primeira parte referente às entrevistas com os gestores escolares (diretores) têm-se como ponto dificultador central a falta de diagnósticos médicos de tais alunos portadores de necessidades especiais. Sabemos que o portador de necessidades especiais é um ser humano portador de um quadro patológico que por lei deverá receber atendimento médico – tratamento médico. Tais diagnósticos têm um agravante é fornecido na grande maioria das vezes por especialistas (psiquiatras, neurologistas, neuropediatras) que não são muito comuns nas regiões interioranas brasileiras. Bem como tais especialistas muitas vezes solicitam exames específicos que também não são realidades nos interiores do país.

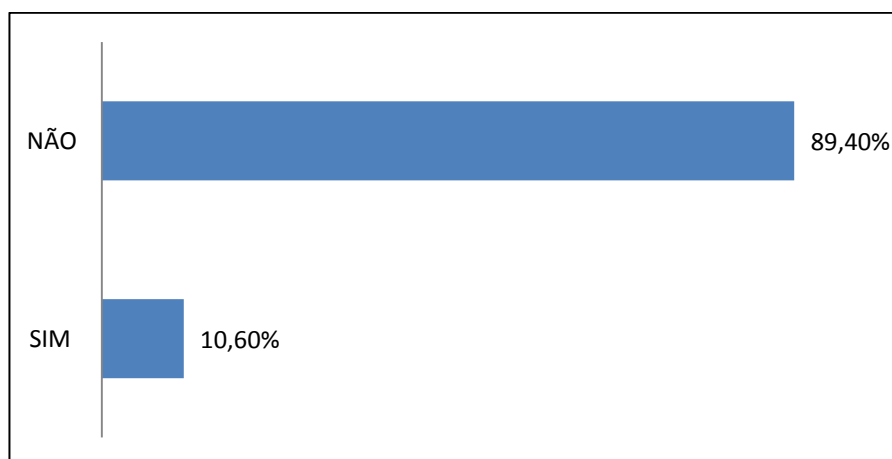
Devido a questões como essas é que os diagnósticos dos alunos portadores de necessidades especiais não são efetivados. Como mostra os dados coletados: de 54 alunos pesquisados (segundo os gestores escolares), 16 (29,6%) possuíam diagnósticos médicos, enquanto 38 (70,3%) se encontram sem os referidos diagnósticos. Nesses casos as escolas detectam certos problemas nos alunos com

relação ao processo ensino-aprendizagem, mas não têm acesso a avaliações dos especialistas.

Sem essa confirmação médica (exigida pelos sistemas brasileiros), fica difícil de haver as intervenções adequadas, uma vez que para cada Código Internacional de Doenças (CID), deverá existir intervenções específicas a serem realizadas nas escolas, favorecendo o processo ensino aprendizagem. Esses alunos sem diagnóstico médico fechado foram relacionados como portadores de necessidades especiais pela equipe escolar (diretores e docentes), que sentem as dificuldades dos mesmos no processo de ensino-aprendizagem no dia a dia das salas de aula, merecendo portanto uma avaliação médica de tais alunos.

A entrevista com os docentes foi organizada por meio de questionário constituído por 08 questões divididas em abertas e fechadas, que passamos a comentá-las quantitativamente em forma de gráficos.

Gráfico 1: Docentes que receberam treinamento para atuar com a inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aulas regulares. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

Percebe-se com esses dados que a maioria 89,40% dos docentes até o momento da pesquisa não haviam recebido nenhum treinamento específico voltado para a questão de como trabalhar a inclusão em salas regulares.

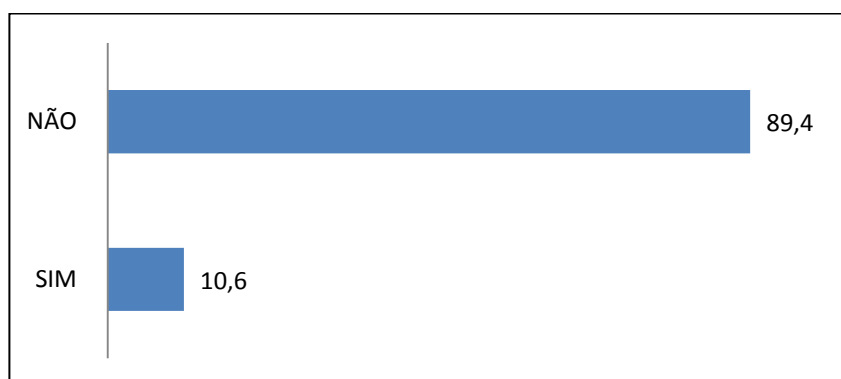
Gráfico 2: Docentes que se sentem seguros para trabalhar a inclusão nas salas de aulas regulares do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

Percebe-se com esses dados um grave problema quando se fala de inclusão. A esmagadora maioria dos docentes 94,70%, relatam que não se sentem preparados para trabalhar tal questão em suas salas de aula e o que se torna ainda mais agravante é o fato de que todos eles possuem portadores de necessidades especiais inseridos em suas salas.

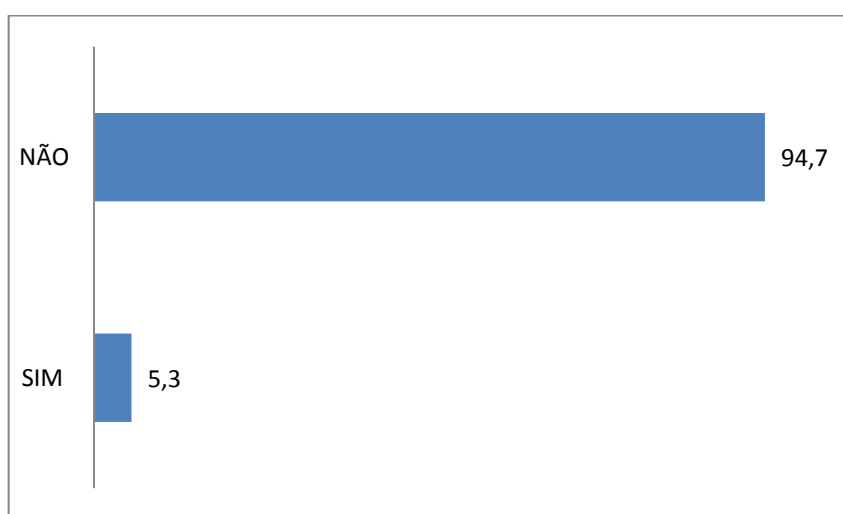
Gráfico 3: Docentes que receberam apoio de equipe multiprofissional para a condução das salas de inclusão do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

Aqui, vê-se a falta de assistência por parte das instituições escolares que na maioria das vezes não têm a sua disposição profissionais capacitados para o trabalho da inclusão junto aos docentes, tal fato reflete diretamente na qualidade da assistência oferecida pelo docente aos portadores de necessidades especiais inseridos nas séries regulares.

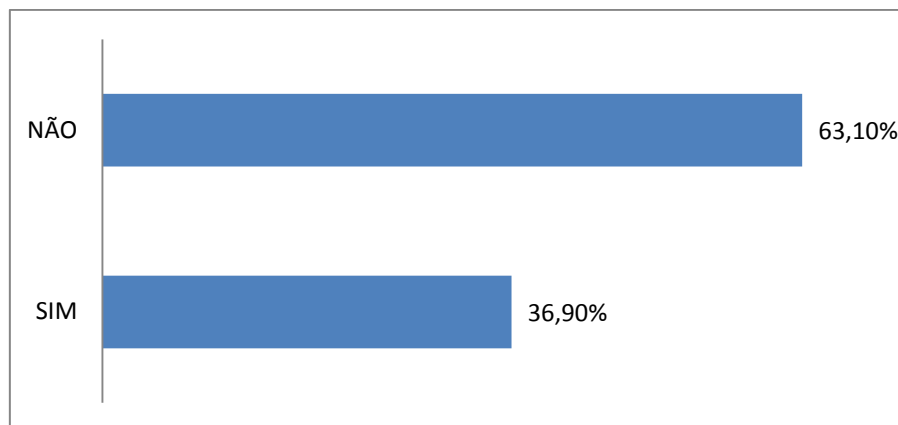
Gráfico 4: Docentes que têm acesso a material didático específico para trabalhar com os portadores de necessidades especiais nas salas do 1º ao 5º ano do fundamental. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

Nota-se nesse item que as escolas não estão equipadas com materiais didáticos específicos para se trabalhar com os portadores de necessidades especiais, um agravante a mais quando se deseja uma inclusão eficiente, pois determinadas limitações precisam de materiais didáticos específicos.

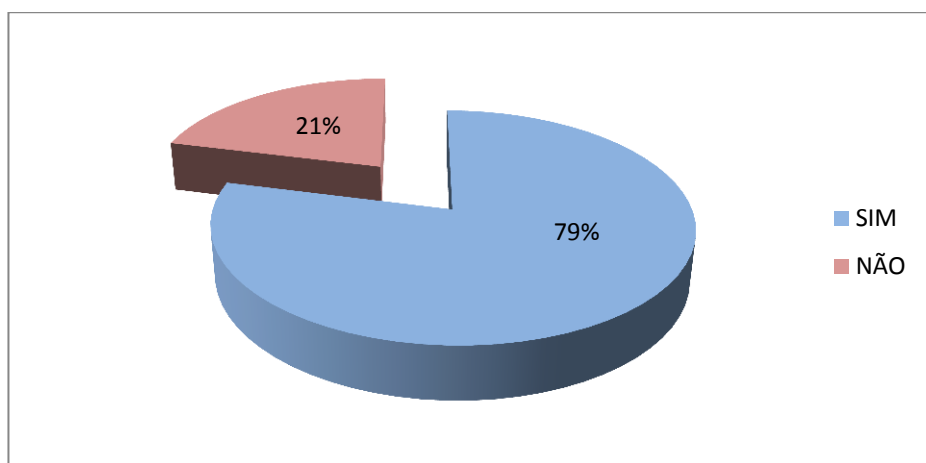
Gráfico 5: Docentes que receberam capacitações para trabalhar as disciplinas específicas curriculares (matemática, língua portuguesa, história e geografia). Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

Percebe-se que ainda têm-se poucos investimentos na formação docente continuada, pensa-se muitas vezes que por esse profissional ter um curso superior na área da educação, não precisa mais de aperfeiçoamento dos métodos de ensino. Como nos mostra o estudo com os docentes.

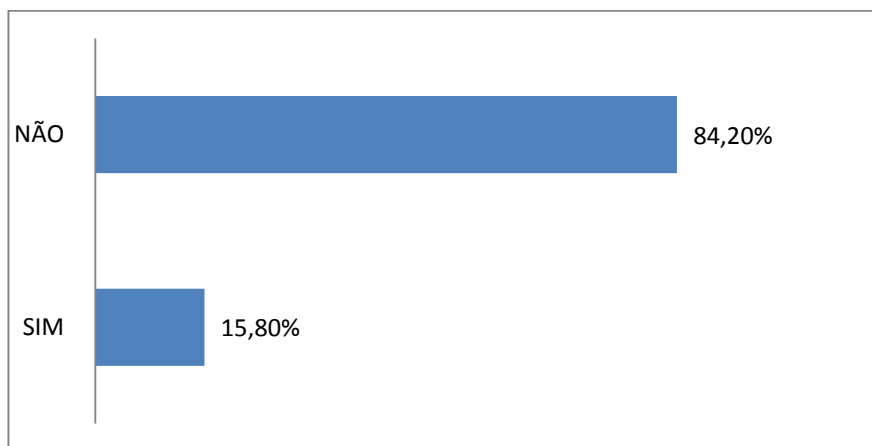
Gráfico 6: Docentes que acham correto a inserção de alunos portadores de necessidades especiais em salas regulares. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

A grande maioria dos docentes são de acordo com o processo da inserção dos alunos portadores de necessidades especiais em salas regulares, no entanto ainda existem profissionais da educação que são contra tal método.

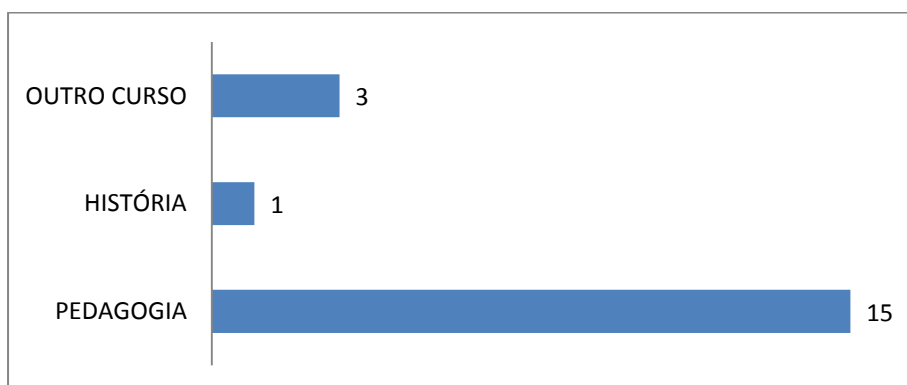
Gráfico 7: Docentes que concordam que haja um bom desempenho acadêmico dos alunos portadores de necessidades especiais inseridos em salas regulares, seguindo o modelo vigente. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

Percebe-se nessa questão uma certa contradição em relação à anterior, para quem o aluno portador de necessidades especiais deve estar em salas regulares se ele não se desenvolve academicamente falando. Nesse ponto a maioria dos docentes 84,20%, responderam que esses alunos não se desenvolvem a contento nas aulas. Mostrando com isso que não é a simples presença do aluno em sala de aula que promove o aprendizado.

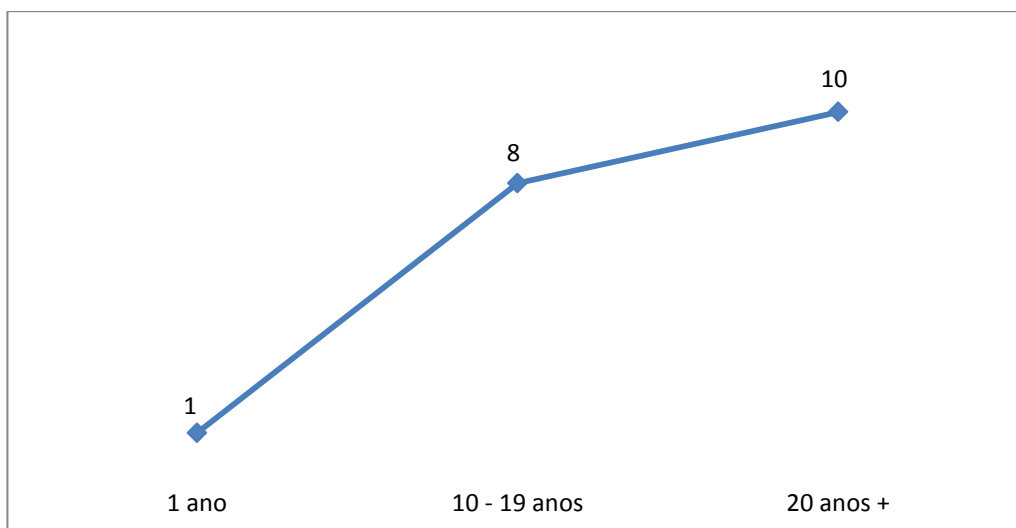
Gráfico 8: Docentes formados, por área de conhecimento. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

Todos os docentes que participaram da pesquisa têm formação superior, uma grande importância por aproximar tal profissional da ciência.

Gráfico 9: Relação dos docentes com tempo de experiência em sala de aula. Parelhas/RN, maio/junho de 2013.



Fonte: Dados do pesquisador

A maioria dos docentes já têm uma experiência acadêmica considerável, mais de dez anos. O que pode se tornar um agravante quando se considera a resistência de muitas pessoas na mudança de paradigma, em especial no tocante ao paradigma profissional.

CONCLUSÃO

Quando o tema é inclusão é importante pensar se realmente o que se pratica nas instituições escolares é verdadeiramente inclusão, ou apenas uma forma de não deixar que ocorra o isolamento dos portadores de necessidades especiais.

É com esse pensamento reflexivo que dirigentes políticos, gestores escolares, docentes e familiares devem firmar parcerias e colocar em prática a legislação acerca da inclusão nas comunidades. Embasado nos relatos anteriormente descritos, a partir dos discursos de gestores e professores, é possível perceber que tal processo não está efetivamente contribuindo para o desenvolvimento das realidades cognitivas dos portadores de necessidades especiais. Entre os fatores agravantes para a não construção desse processo destacam-se: a falta de capacitação dos docentes e de material para se trabalhar em sala de aula; a falta de apoio multiprofissional; bem como do diagnóstico médico. Dessa maneira, o processo da inclusão se torna angustiante para a equipe escolar e para os familiares que não veem seus pares avançarem na questão do aprendizado.

É bem verdade que se trata de uma amostra pequena, escolas municipais do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, mas destaca-se que são crianças que poderiam ter outras possibilidades se os problemas elencados fossem realmente sanados.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Adriano Aparecido. **Constituição, Federal, PNE e LDB na prática: como se executam as leis que regulamentam inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil?** Disponível em <<http://www.googleacadêmico.com.br>> acesso em 04 abr. 2013.

BRASIL. **ECA Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Ediclécia Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira.** Separada de: Revista Inclusão. MEC/SEESP, n. 1, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves Mendes. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Separada de: Revista Brasileira de Educação. MEC, n. 11, p. 387-559, set./dez. 2006.

PRADO, Ana Maria C. C. do. MAROSTEGA, Vera Lúcia. **A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar.** Separada de: Revista Educação Especial. MEC, n. 17, 2001.

RIBEIRO, Eveline Borges Vilela. BENITE, Anna Maria Canavarro. VILELA, Edda Borges. **Sala de aula e diversidade.** Separada de: Revista de Educação Especial. Santa Maria, n. 45, p. 145-160, jan./ab. 2013.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos. **A "Didática da Exclusão/Inclusão na História da Educação de 'Alunos com Deficiência'.** Separada de: Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade. Salvador, n.17, p. 27 - 44, jan./jun. 2002.

